

## SINDICALISMO NO CONTEXTO DE PANDEMIA NO BRASIL: primeiras impressões

Anderson de S. Campos<sup>1</sup>

Entre as análises pioneiras nos anos 1990 sobre o neoliberalismo, o balanço realizado por Perry Anderson firmou-se como referência obrigatória<sup>2</sup>. Observava o autor que duas instituições foram alvos fundamentais dos questionamentos neoliberais: o Estado e os sindicatos. A receita apresentada era um Estado que rompesse com o poder dos sindicatos e, ao mesmo tempo, fosse firme na disciplina orçamentária para reduzir ao mínimo o gasto social. A pandemia do Covid-19 ao redor do mundo tem recolocado o debate sobre o papel dessas instituições. Por um lado, esse início de 2020 mostra o quanto o Estado é necessário para salvar vidas, aumentando o gasto social e intervindo na economia, ao mesmo tempo em que demonstra a impossibilidade de respostas às múltiplas crises desde políticas neoliberais. Por outro lado, a organização sindical dos trabalhadores, instituição questionada e fragilizada pela hegemonia neoliberal, tem buscando recuperar sua legitimidade, apesar de não ser elemento dos debates centrais de enfrentamento às crises. É sobre a ação sindical neste contexto de crise sanitária, econômica, política e social que esse artigo é dedicado.

A ação sindical foi fortemente fragilizada nos últimos quarenta anos por transformações no mundo do trabalho, por políticas de flexibilização e precarização das relações trabalhistas, pela reconfiguração da classe trabalhadora e pela ascensão de um tipo de sociabilidade que se contrapõe à participação coletiva.

No Brasil, o sindicalismo tem sido impactado por mudanças no padrão de regulação social do trabalho, em linha com as características do capitalismo contemporâneo. O sentido é o de fortalecer a autorregulação dos mercados ao submeter o trabalhador a uma maior insegurança e ao ampliar a liberdade do empregador em determinar as condições de uso da força de trabalho<sup>3</sup>. Desde 2015, ganha expressão a agenda de retirada de direitos, com iniciativas como a votação da regulamentação da terceirização através do PL 4330/2004. Mas foi a partir do golpe de 2016, com a interrupção do Governo Dilma, que a agenda de redução do gasto social, de reforma da previdência e de reforma trabalhista ganha impulso e concretude<sup>4</sup>.

Algumas pesquisas<sup>5</sup> têm indicado que a Reforma Trabalhista (Lei 13.647/2017) aprofunda o processo de deterioração do mercado de trabalho e fragiliza as instituições públicas do trabalho, a exemplo da Justiça do Trabalho e das entidades sindicais. A disseminação de uma gama diversa de tipos de contratos precários afeta a base de representação dos sindicatos, historicamente ancorada nos assalariados formalizados, aumentando o percentual de trabalhadores não filiados a sindicatos e não cobertos por convenções e acordos coletivos. Desse modo, ela promove a fragmentação da classe trabalhadora e a pulverização da representação dos sindicatos, pois a legislação sindical brasileira estabelece que os trabalhadores contratados de modo diferente pertencem a categorias profissionais distintas, ainda que exerçam a mesma atividade e atuem no mesmo local de trabalho. Outros aspectos da Reforma impactaram negativamente os sindicatos de

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT – IE/Unicamp, membro do GT Mundos do Trabalho.

<sup>2</sup> Anderson (1995)

<sup>3</sup> Krein (2013), Galvão et al (2017), Krein, Gimenez e Santos (2018), Krein, Veras de Oliveira e Filgueiras (2019).

<sup>4</sup> Krein (2018)

<sup>5</sup> Galvão et al (2017), Dieese (2017), Veras de Oliveira, Galvão e Campos (2019),

forma mais direta: a prevalência do negociado sobre o legislado e a inversão da hierarquia dos instrumentos normativos, a negociação no local de trabalho por intermédio de comissão de representantes dos trabalhadores, a possibilidade de negociação individual no caso de trabalhadores com salários duas vezes superiores ao teto da previdência e a homologação da rescisão contratual sem a participação do sindicato. Embora a Reforma não tenha alterado a redação do artigo 7º da Constituição Federal, ela possibilita a negociação da aplicação daqueles direitos cujo conteúdo é especificado apenas em normas infraconstitucionais, como a forma de gozo das férias, o percentual do FGTS, a remuneração do trabalho noturno, entre outros<sup>6</sup>. Ao fragilizar a negociação, transfere para a empresa, ou até mesmo para o trabalhador individual, tarefas antes exercidas pelos sindicatos. Assim, as alterações efetivadas na legislação trabalhista atacam frontalmente a legitimidade do ator sindical enquanto representante dos interesses da classe trabalhadora, com o objetivo de torná-lo um mediador entre as condições de competitividade da empresa e os trabalhadores<sup>7</sup>.

Portanto, o início da pandemia no Brasil encontra as instituições públicas estatais (a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho) e o sindicalismo fragilizados e sob constante ataque. Um sindicalismo que se encontrava restringido à busca de preservação das estruturas das entidades, marcado pela ausência de uma estratégia voltada para repensar sua representatividade junto aos trabalhadores e o seu papel junto à sociedade<sup>8</sup>. A principal agenda de resistência estava organizada em torno da sobrevivência dos sindicatos, ameaçada por razões de ordem financeira<sup>9</sup>. A contribuição sindical obrigatória caiu 90% entre abril de 2017 e abril de 2018<sup>10</sup>. A queda na arrecadação decorrente do fim da obrigatoriedade do imposto foi de grande magnitude, situação agravada pela crise econômica e consequente deterioração do mercado de trabalho (desemprego, queda da renda e informalidade).

Levando em consideração a difícil situação do sindicalismo no Brasil, objetivo deste artigo é apreender o sentido da ação sindical durante a pandemia de COVID-19, o novo coronavírus, em seus primeiros meses. As impressões iniciais demonstram um sindicalismo que busca reafirmar sua legitimidade como instituição de representação dos trabalhadores. Essa estratégia emerge em um contexto de continuidade de um programa neoliberal com viés autoritário, que mantém ataques às instituições públicas e às entidades sindicais em particular. A crise instaurada no mundo pela pandemia assume contornos dramáticos no Brasil, cujo governo posicionou-se como obstáculo às medidas sanitárias de proteção da vida. O governo brasileiro também se destaca pelas medidas tomadas na contramão da proteção da renda, do emprego e da economia nacional. Ademais, as recomendações sanitárias impuseram limitações ao funcionamento das entidades sindicais e ao trabalho de base de suas lideranças relacionadas tanto às restrições à circulação de pessoas quanto ao fechamento de locais de trabalho, desafiando sua capacidade de diálogo e representação.

O quadro brasileiro atual apresenta tendências extremamente negativas: a explosão da taxa de desemprego<sup>11</sup> e forte queda da massa salarial<sup>12</sup>, a retomada crescente da pobreza e aprofundamento da desigualdade<sup>13</sup>, intensificação de medidas legais que aumentam a

---

<sup>6</sup> Vêras de Oliveira, Galvão e Campos (2019).

<sup>7</sup> Colombi, Lemos e Krein (2018).

<sup>8</sup> Veras de Oliveira, Galvão e Campos (2019).

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> DIEESE (2018).

<sup>11</sup> Borsari e Krein (2020).

<sup>12</sup> Manzano e Borsari (2020).

<sup>13</sup> O aprofundamento da pobreza é expressado pela forma desigual que a disseminação do contágio e das mortes por Covid-19 atinge pessoas que vivem em áreas periféricas e com restrições severas de infraestrutura social. Veja-se, por exemplo, o caso da periferia de São Paulo: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/05/em-um-mes-mortes-pela-covid-19-cresceram-228-nos-bairros-pobres-da-cidade-de-sao-paulo/>

liberdade empresarial na gestão dos contratos de trabalho, consolidando um processo já em curso desde a Reforma Trabalhista de 2017<sup>14</sup>. A crise tem intensificado processos que a antecedem, aprofundando problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

Pesquisamos a ação sindical em três ramos de atividade que sofreram impactos diferenciados entre si e cujas entidades de grau superior têm construído agenda sindical nesse período. Foram selecionados dois sindicatos em cada ramo, abrangendo as cinco regiões do país. São eles: o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários) e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Pará (SEEB-PA), filiados à Contraf-CUT; o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS) e o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado de São Paulo (SindSaúde-SP), filiados à CNTSS; o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) e o Sindicatos dos Trabalhadores/as em Educação do Estado de Alagoas (SINTEAL), filiados à CNTE. Todos os sindicatos pesquisados são filiados à CUT.

Utilizamos como fontes os sites e perfis dos sindicatos em redes sociais e entrevistas com dirigentes das entidades. Procuramos apreender como os dirigentes sindicais interpretam sua ação e entendem seu papel no atual contexto. Em relação às Centrais Sindicais e confederações nacionais, as fontes são sites e perfis das entidades em redes sociais, notas públicas e artigos assinados por seus presidentes e participações destes em debates públicos.

O artigo está organizado em duas seções, além desta introdução e da seção final. Na primeira seção, abordamos o papel exercido pelas Centrais Sindicais e Confederações Nacionais. Na segunda seção, analisamos a ação sindical das entidades selecionadas em resposta aos impactos da pandemia sobre os trabalhadores representados e sobre o funcionamento daquelas organizações.

## 1. PAPEL DAS CENTRAIS SINDICAIS E CONFEDERAÇÕES NACIONAIS

As seis maiores centrais sindicais do país (CUT, FS, UGT, CTB, CSB, NCST), de forma coordenada, têm se posicionado na defesa do emprego e dos salários e de políticas públicas que possibilitem às famílias o isolamento domiciliar. De forma conjunta, apresentam propostas e realizam iniciativas para evitar a expansão da crise sanitária e proteger os trabalhadores<sup>15</sup>. Além disso, têm buscado alternativas para criar condições para uma retomada da atividade econômica, mantendo direitos.

Em nota unificada, publicada em 23 de março de 2020, as Centrais afirmaram:

A exemplo de medidas adotadas por muitos países também assolados com o coronavírus, agora, mais do que nunca, é a hora do Estado exercer seu papel de regulador, protegendo empregados e empregadores e resguardando a renda e o funcionamento da economia. Proteger os empregos e a renda de todos os trabalhadores é a base para dar as condições e a segurança necessárias para que todos cumpram as medidas de isolamento e cuidados com a saúde. Ampliar as quarentenas, resguardando o trabalho dos setores estratégicos. Cuidar prioritariamente dos mais pobres e vulneráveis é tarefa do Estado e deve contar com o apoio de todos<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> GT Mundos do Trabalho (2020).

<sup>15</sup> Campos (2020a)

<sup>16</sup> *Para centrais, Congresso deve devolver MP 927, 'cruel, escandalosa, macabra'*, disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/03/centrais-mp-027-congresso-deve-devolver/>. A nota foi assinada também por outras duas centrais sindicais: Intersindical e CGTB.

Consideram que o que virá após a crise atual está em disputa. Por isso, avaliam que as medidas tomadas terão grande impacto sobre o futuro das relações de trabalho. Seria esse, portanto, um momento de defesa do papel do Estado, de direitos como habitação, renda adequada, acesso à saúde e segurança alimentar.

Para as Centrais Sindicais, a crise também abriu a oportunidade de discutir a indústria no Brasil, cuja dependência não permite sequer produzir máscaras e respiradores, afirmam os presidentes da CUT e da Força Sindical, em artigo assinado por ambos:

Com a dificuldade em comprar no mercado internacional, se torna urgente a elaboração de uma estratégia de recuperação da indústria nacional, e particularmente, do complexo da saúde. A medida emergencial é a definição de ações para a reconversão do parque industrial brasileiro em produtor dos insumos e equipamentos necessários ao combate do coronavírus, e salvar vidas.

Esse processo de reconversão deve, porém, servir não somente para atender a demanda que urge nessa pandemia, mas para impulsionar a reindustrialização do País, no médio e longo prazos; uma indústria nacional, com uma estratégia de articulação com universidades, centros de pesquisa públicos e privados, e demais atores, assim com a criação de fóruns tripartites – governo, empresas e trabalhadores – de discussão de estratégias que privilegiem a soberania e o desenvolvimento industrial<sup>17</sup>.

A ideia de reconversão industrial, apresentada agora pelas Centrais, tem inspiração na luta encampada pela CUT e pela UNISOL Brasil, Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, em torno do Projeto de Lei nº 1551, que estabelece medidas de emergência nacional para garantir a fabricação de produtos essenciais em período de calamidade pública<sup>18</sup>.

Em nota divulgada no dia 27 de março, as centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB e CSB informaram que seus sindicatos, federações e confederações filiados colocaram à disposição das autoridades as suas estruturas como sedes, colônias de férias e clubes, para que fossem transformadas em postos de atendimento, com capacidade para criar cerca de 5 mil novos leitos<sup>19</sup>.

Ainda no sentido da ação sindical em âmbito macro, insere-se a importância da segurança alimentar, a partir da produção nacional, relacionada ao apoio à agricultura familiar. A CONTAG tem trabalhado junto aos parlamentares uma pauta emergencial para a agricultura familiar, que trata do crédito emergencial, bem como a prorrogação de débitos, tanto do crédito fundiário, quanto dos créditos do PRONAF. Em 21 de abril, a CONTAG entregou ao Ministério da Agricultura uma pauta de negociação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2020/2021<sup>20</sup>. A *Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas em Defesa da Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus* foi lançada pelo conjunto do movimento sindical de trabalhadores/as rurais do país, ao lado dos principais movimentos sociais do campo<sup>21</sup>. De acordo com presidente da CONTAG, Aristides Santos:

---

<sup>17</sup> Torres e Nobre (2020).

<sup>18</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2243065>

<sup>19</sup> Diversas experiências foram divulgadas nas páginas e redes sociais das centrais e sindicatos.

<sup>20</sup> A primeira reivindicação é a elaboração e retomada do lançamento do Plano Safra específico da Agricultura Familiar. A Pauta também traz propostas de volume de recursos para financiamento da produção da agricultura familiar (Pronaf Crédito) e para programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). São apresentados também pleitos sobre Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sobre proteção à produção na agricultura familiar (Proagro Mais, Garantia Safra e PGPAF), entre outros. <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=13950&nw=1&mt=1&in=1>

<sup>21</sup> [http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_2132168544\\_13052020153907.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2132168544_13052020153907.pdf)

Essa plataforma é fruto da unidade de várias organizações que lutam pelo fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, e que buscam diante da atual crise provocada pela pandemia do coronavírus, garantir políticas públicas que deem condições para que os povos do campo, da floresta e das águas, continuem a produzir, comercializar e colocar alimentos variados e com qualidade, na mesa do povo brasileiro<sup>22</sup>.

A ação sindical dos/as trabalhadores/as rurais, coordenada por sua confederação nacional, busca unificar importância da garantia da segurança alimentar com a valorização do trabalho de quem a produz.

As negociações com representantes patronais têm seguido a preocupação em preservar o papel dos sindicatos nas negociações e a proteção à saúde dos trabalhadores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), acordou o método de mesa permanente de negociação com a organização patronal correspondente, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), durante a crise sanitária<sup>23</sup>.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), conta com dois importantes aliados para orientar a ação dos sindicatos que representam trabalhadores da saúde em todo o país: Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Internacional de Serviço Públicos (ISP).

No início da pandemia, o MPT publicou uma nota técnica com recomendações sobre as condições de trabalho nos serviços de saúde. As medidas recomendadas<sup>24</sup> serviram de orientação para pressionar empregadores e para acionar a Justiça do Trabalho em várias partes do país.

A ação da ISP<sup>25</sup> busca suprir uma lacuna fundamental para a ação sindical, qual seja, a ausência de informações oficiais sobre as condições para o exercício do trabalho na saúde. Por meio da campanha “Trabalhadoras e Trabalhadores Protegidos Salvam Vidas”<sup>26</sup>, é aplicado um questionário online com os trabalhadores que busca recolher relatos sobre suas condições de trabalho. De acordo com balanço parcial do estudo<sup>27</sup>, das pessoas que responderam o questionário, 37% estão trabalhando 8 horas por dia, 28% trabalham 6 horas, 25 % estão trabalhando todos os dias por 12 horas e 10% estão trabalhando, diariamente, mais de 12 horas por dia no atendimento à população, sendo que a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) é de que a jornada de trabalho em saúde seja de, no máximo, 6 horas diárias. A desproteção desses trabalhadores/as é evidenciada na pesquisa: 33% dos profissionais estão trabalhando sem luvas, 49% sem máscara e 27% sem álcool em gel. Quase 80% disseram não ter tido treinamento. A maioria não recebeu equipamentos e mais da metade está passando por sofrimento psicológico. Como veremos na segunda seção desse artigo, essa realidade impacta fortemente a forma de organização sindical dos trabalhadores da saúde no contexto da pandemia.

---

<sup>22</sup> CUT e entidades lançam Plataforma Emergencial em Defesa da Vida: <https://www.cut.org.br/noticias/cut-e-entidades-lancam-plataforma-emergencial-em-defesa-da-vida-3e73>

<sup>23</sup> As negociações seguem constantes, não apenas com a Febraban, mas também com as direções dos bancos públicos. Para detalhes, ver <https://contrafcut.com.br/>

<sup>24</sup> <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-conjunta-02-2020-pgt-codemat-conap-1.pdf>

<sup>25</sup> Internacional de Serviços Públicos (ISP), entidade que representa 30 milhões de empregados no mundo, em 700 entidades e 154 países.

<sup>26</sup> Cerca de 40 entidades sindicais participam da campanha no Brasil: <http://trabalhadoresprotegidos.com.br/>.

<sup>27</sup> Foram 1021 formulários eletrônicos respondidos entre os dias 02 e 12 de abril de 2020 por profissionais de saúde e de serviços públicos, os/as trabalhadores/as responsáveis pela distribuição de água, energia e gás, do sistema prisional, assistência social, de cemitérios, funerárias, educação e asseio e conservação e limpeza: <http://trabalhadoresprotegidos.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-sint%C3%A9tico-de-respostas-Parcial-1-14-04-2020.pdf>

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) tem orientado as entidades filiadas a não aceitar o ensino a distância (EAD) na educação básica, nem na formação inicial dos profissionais da educação.

É uma profissão que cuida das pessoas, precisa da relação do olho no olho. Estamos vivendo um momento inesperado, temos que ter paciência e calma nesse processo. Não aceitamos chamar de recesso escolar antecipado nem de férias: é um isolamento social para proteger as pessoas<sup>28</sup>.

Os sindicatos filiados à CNTE articulam-se nacionalmente em torno de campanhas unificadas e coordenadas pela entidade. Com isso, as iniciativas sindicais locais adotam a agenda nacional como sua prerrogativa: mobilizam, divulgam a agenda e pressionam parlamentares e governantes. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) tem vigência assegurada até 31 de dezembro de 2020. Após essa data, o regime de cooperação ficará extinto, podendo comprometer o financiamento da educação em todo país. Assim, os sindicatos da educação básica pública batalham simultaneamente pela aprovação de um novo Fundeb<sup>29</sup> e na proteção de sua base de representação no contexto de impactos da pandemia.

Os diferentes impactos sobre os trabalhadores da saúde, bancários e da educação se referem não apenas à natureza do trabalho, mas também ao histórico de organização sindical de cada ramo. A organização vertical do ramo, via confederações nacionais, exerce influência nos sindicatos filiados a elas sobre definições de agenda sindical, orientações sobre formas de organização e de negociação. De maneiras diversas, as entidades de terceiro grau tratadas aqui – CNTSS, Contraf-CUT e CNTE – desenvolvem orientações, criam ferramentas para ação e conduzem negociações e mobilizações que buscam organizar verticalmente os sindicatos em torno de uma unidade setorial no ramo de atividade, sem a qual, as agendas corporativas das entidades de base dificilmente superariam a pauta imediatamente local<sup>30</sup>.

### 1.1 Novos limites para a mobilização sindical

Estava agendada para o dia 18 de março uma mobilização nacional convocada pelas centrais sindicais, intitulada “DIA NACIONAL DE LUTAS, PROTESTOS E PARALISAÇÕES, em defesa dos serviços públicos, empregos, direitos e democracia”. Porém, com a deflagração da crise sanitária, os atos públicos foram suspensos na véspera da data. Mas mantiveram orientações para realização de greves e paralisações nos locais de trabalho, o que não contribuiria para a propagação do vírus. O setor da educação básica participou ativamente dessa estratégia, em torno da defesa da aprovação do novo Fundeb, conforme orientação da CNTE.

Impossibilitadas de realizar manifestações públicas de rua, as Centrais redimensionaram a estratégia, voltando-se para a pressão sobre Congresso Nacional, o STF, MPT e incentivando suas entidades sindicais filiadas para utilização dos meios de comunicação disponíveis para esse esforço, principalmente as redes sociais. O alvo central dos questionamentos das centrais organizou-se em torno das medidas do Governo

---

<sup>28</sup> Heleno Araújo, presidente da CNTE, Coletiva de imprensa "Educação em tempos de Pandemia" debate EAD e financiamento da educação: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73066-assista-ao-video-da-coletiva-de-imprensa-educacao-em-tempos-de-pandemia-2>

<sup>29</sup> A agenda sindical está voltada para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 15/2015 que torna o Fundeb permanente e com um aporte maior de recursos da União.

<sup>30</sup> Esse papel exercido pelas confederações foi observado na pesquisa com sindicatos em relação ao enfretamento à Reforma Trabalhista. Cf. Vêras de Oliveira, Galvão e Campos (2019).

Bolsonaro, que reduzem direitos, enfraquecem as instituições públicas do trabalho e excluem os sindicatos das negociações coletivas<sup>31</sup>. De forma majoritária, as Centrais Sindicais criticam fortemente a postura do Governo Bolsonaro em sabotar as medidas de proteção à população.

Movimentos sociais populares e organizações de intelectuais do campo progressista têm apresentado, desde o início, propostas para o enfrentamento das crises provocadas pela pandemia de Covid-19. Ignoradas pelos grandes meios de comunicação empresariais e pelo Governo Federal, tais propostas não foram tratadas no debate público, tampouco tiveram incidência sobre as decisões do Executivo. A exceção ocorreu com o enfrentamento na Câmara dos Deputados em torno do projeto de renda mínima emergencial. Inicialmente, a proposta de uma renda básica de cidadania era de um salário mínimo (R\$ 1.045,00). O Governo apresentou proposta de auxílio emergencial de R\$ 200,00. Após pressão sobre o Congresso Nacional, foi aprovado o valor de R\$ 600,00, sendo possível dobrá-lo para os casos de mulheres chefes de família. Antes de sua sanção, o Senado expandiu o alcance do auxílio emergencial, incluindo agricultores familiares, caminhoneiros, diaristas, garçons, catadores de recicláveis, manicures, camelôs, artistas, pescadores e taxistas. Após aprovação e sanção da medida, a mobilização das organizações voltou-se para a liberação do pagamento do auxílio emergencial, envolvendo amplos setores artísticos, intelectuais, organizações e profissionais da cultura digital.

As ações coordenadas ou unitárias entre as Centrais não englobam todas as iniciativas políticas de abrangência nacional, tampouco a política de alianças nacionais. Assume força a participação sindical nas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Nesse campo de atuação não se verifica o mesmo grau de unidade da Centrais. Na Frente Brasil Popular, participam a CUT e a CTB. Na Frente Povo Sem Medo, participam a CUT, a CTB e a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora. Sem a participação das demais centrais, estas subscrevem a Plataforma Emergencial para Enfrentamento da Pandemia do Coronavírus e da Crise Brasileira<sup>32</sup> e a campanha pela taxação das grandes fortunas<sup>33</sup>, construídas de forma unificada pelas duas Frentes. Da mesma forma, constroem a campanha de solidariedade, orientando as entidades filiadas a cadastrarem suas iniciativas<sup>34</sup>.

Entretanto, de forma inédita, as onze centrais sindicais lançaram unificadamente uma campanha pela saída do presidente Jair Bolsonaro. Intitulada “Pela democracia, emprego e renda, #ForaBolsonaro”, a campanha foi lançada virtualmente por todas as centrais, no dia 18 de maio, com postagens nas redes sociais, colagem de milhares de cartazes e projeções em prédios de São Paulo. A campanha foi motivada pela postura do presidente em sabotar as medidas sanitárias para proteção da vida, os ataques à democracia, em particular aos sindicatos e pela conclusão de que não é de interesse do Governo a proteção dos empregos e da renda. Sem acreditar que o Congresso pode levar à frente um processo de impeachment,

---

<sup>31</sup> A respeito das medidas apresentadas pelo Governo Federal, ver: Biavaschi e Vazquez (2020). As medidas do Governo Bolsonaro, em seu conjunto, colocam-se na contramão do dever do Estado para reduzir os efeitos deletérios da crise à saúde, às relações de trabalho e à economia como um todo. Sobre a atuação do governo brasileiro na pandemia em relação ao trabalho, emprego e renda, ver a nota do GT Mundos do Trabalho (2020).

<sup>32</sup> Plataforma Emergencial para Enfrentamento da Pandemia do Coronavírus e da Crise Brasileira: [https://drive.google.com/file/d/1ZAONzVMQclpoHCfCqMA4Bft1gJ1q\\_-/-/view](https://drive.google.com/file/d/1ZAONzVMQclpoHCfCqMA4Bft1gJ1q_-/-/view)

<sup>33</sup> [https://www.change.org/p/taxar-fortunas-para-salvar-vidas?recruiter=1062631604&utm\\_source=share\\_petition&utm\\_medium=copylink&utm\\_campaign=share\\_petition](https://www.change.org/p/taxar-fortunas-para-salvar-vidas?recruiter=1062631604&utm_source=share_petition&utm_medium=copylink&utm_campaign=share_petition)

<sup>34</sup> Um site reúne pontos de solidariedade de todo o Brasil. As iniciativas são cadastradas pelas próprias organizações: <https://todomundo.org/>

as centrais apostam na mobilização da classe trabalhadora para derrotar o governo. A aposta é que a mobilização repercuta e fomente manifestações populares<sup>35</sup>.

É uma movimentação unitária inédita, uma vez que, desde o surgimento da maioria das centrais, na primeira década de dois mil, suas posições foram diversas em relação aos governos federais. O ineditismo é explicitado até mesmo se comparado com a forma diversa que as centrais sindicais enfrentaram a Reforma Trabalhista de 2017. Pesquisa sobre posições e estratégias adotadas pelas duas maiores centrais sindicais, CUT e Força Sindical, mostra que, enquanto a FS investiu na negociação com o Governo Temer para corrigir aspectos negativos da reforma, a CUT buscou se contrapor à ela, por considera-la um instrumento de desconstrução de direitos e de precarização das relações de trabalho<sup>36</sup>.

## 2. AÇÃO DOS SINDICATOS NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Na pesquisa sobre a ação dos sindicatos selecionados, foram analisadas as seguintes dimensões, considerando a situação de pandemia e seus impactos sobre os trabalhadores representados por aquelas entidades: as ações e conquistas para proteção dos trabalhadores e suas condições de trabalho; as iniciativas para manter o trabalho de organização sindical; a forma como constroem campanhas de ação solidária junto aos trabalhadores e comunidades atingidas pela crise.

### 2.1. Representação e proteção dos trabalhadores

Diante das pressões patronais e governamentais para reduzir direitos e precarizar as condições de vida dos trabalhadores, inclusive ameaçando garantias legais constantes na CLT e em acordos e convenções coletivas, as entidades sindicais têm buscado se afirmar como instituição de representação e proteção dos trabalhadores organizados. Quando da edição da MP 936 (02/04/2020), todas as centrais sindicais passaram a orientar suas entidades filiadas em torno da mobilização para estar presente nas negociações, como forma de enfrentar imposições individuais pelos empregadores.

Segundo levantamento realizado pelo DIEESE, é crescente o número de negociações que passaram a adotar as definições da MP. No entanto, vale destacar que muitas das negociações conquistaram garantias em condições superiores às estabelecidas na Medida, como, por exemplo, manutenção do rendimento líquido mensal dos trabalhadores, por meio de pagamento de ajuda compensatória mensal de natureza indenizatória (complementada pelo benefício emitido pelo governo); preservação dos benefícios já concedidos; e estabelecimento de mecanismos para assegurar a continuidade do processo de negociação coletiva, a fim de garantir maior equilíbrio na negociação entre patrões e empregados<sup>37</sup>.

A situação dos/as trabalhadores/as na área da saúde, que estão na linha de frente do combate ao novo coronavírus nos hospitais brasileiros atingiu um quadro alarmante. Até o

---

<sup>35</sup> Avaliação corroborada por algumas centrais em seus sites, como a UGT: <http://www.ugt.org.br/index.php/post/24563-UGT-SP-participa-de-manifesto-das-Centrais>; e a CSP-Conlutas: <http://cspconlutas.org.br/2020/05/centrais-sindicais-lancam-campanha-por-renda-renda-emprego-e-por-fora-bolsonaro/>

<sup>36</sup> Colombi, Lemos e Krein (2018).

<sup>37</sup> DIEESE (2020). Para esse levantamento, o DIEESE utilizou como fonte de informações os instrumentos coletivos divulgados por entidades sindicais representativas de trabalhadores, além de documentos reunidos pelos Escritórios Regionais e Subseções do DIEESE. Também foram consultados jornais da grande imprensa. Os dados referem-se a negociações de diversas categorias de trabalhadores: comerciários, metalúrgicos, químicos, bancários, condutores, entre outras. Tem estimativa de abrangência de pelo menos 4,41 milhões de trabalhadores cobertos pelas negociações observadas pelo DIEESE.



dia 12 de maio, 108 profissionais da enfermagem morreram vítimas do coronavírus. A taxa de casos confirmados entre eles é 722% maior que na população<sup>38</sup>.

Os sindicatos de trabalhadores da saúde relatam o medo que paira, desde o início da pandemia, sobre todos os que trabalham nos hospitais, desde a área administrativa até os médicos. As incertezas são agigantadas pela ausência de preparação dos profissionais das equipes das diversas áreas. As entidades sindicais relatam que as denúncias feitas hoje fazem parte da ação sindical há muito tempo. Agora, assumem um grau dramático. Mesmo assim, é apenas por meio de ações judiciais que os sindicatos têm conquistado o afastamento de trabalhadores em grupo de risco, o fornecimento de EPIs e até mesmo o direito de negociação com os empregadores (sejam governos ou empresas privadas)<sup>39</sup>. Grande parte das ações não resulta em vitória e, mesmo quando estas ocorrem, necessitam passar por mediação da Justiça do Trabalho. No Rio Grande do Sul, o SERGS conseguiu participar do comitê de riscos de dois grandes hospitais públicos de referência no atendimento de Covid-19, que não tinha participação de sindicatos, por meio de ação no TRT. Em São Paulo, o Sindsaúde-SP tentava conversar com a Secretaria Estadual de Saúde desde fevereiro, para alertar sobre problemas relacionados à ausência de preparação das equipes, de EPIs e outros temas relacionados à Covid 19. Após perder na Justiça o pedido de afastamento de trabalhadores de grupos de risco, na mesma sentença foram dadas 48 horas para o Governo de São Paulo abrir negociação com o Sindicato. Portanto, foi depois do início da pandemia e apenas após decisão judicial que a negociação com o sindicato foi iniciada, podendo discutir questões como treinamentos, fornecimento e qualidade dos EPIs, afastamentos de empregados em grupo de risco. Em sua luta pela legitimidade, o sindicato precisa recorrer à justiça para exercer o direito de negociar em nome dos trabalhadores.

Foi uma operação de guerra. Negociar com a Secretaria de Saúde, dialogar com os trabalhadores que estão na linha de frente e levar as demandas apresentadas por eles para o governo, que só abriu negociação por imposição da justiça<sup>40</sup>.

O Sindsaúde-SP elenca o seguinte tripé de reivindicação para valorizar os trabalhadores/as da saúde: para quem está na ativa, a distribuição de equipamento de proteção individual fornecido pelo Estado; a ampliação do número de profissionais com a abertura de novos concursos públicos; valorização salarial com grau máximo de adicional de salubridade. Porém, é uma plataforma de valorização do trabalho que não tem o mesmo espaço midiático que os pedidos de aplausos e a retórica do reconhecimento deles como trabalhadores essenciais<sup>41</sup>.

O trabalho bancário, por sua vez, firmou-se como um serviço essencial, devido à necessidade de pagamento do auxílio emergencial, do oferecimento de linhas de financiamentos e crédito para os negócios. É através do trabalho bancário que os recursos chegam à população. Com o afastamento de empregados em grupos de risco, o estabelecimento de home office para a maioria dos empregados dos bancos, combinado com

---

<sup>38</sup> <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2020/05/13/Os-n%C3%BAmeros-da-covid-19-entre-os-profissionais-da-enfermagem>

<sup>39</sup> De maneira geral, os sindicatos têm recorrido a ações judiciais para obrigar governos e empresas a fornecer EPIs aos trabalhadores da saúde e garantir afastamento de trabalhadores em grupo de risco. Em Maceió (AL), o Movimento Unificado dos Servidores Públicos conquistou, na 5ª Vara do Trabalho, uma liminar obrigando a prefeitura da cidade a fornecer equipamentos de proteção individual a todos os profissionais de saúde <http://www.cntsscut.org.br/destaque-central/5496/justica-do-trabalho-obriga-prefeitura-de-maceio-a-fornecer-equipamentos-de-protecao-para-servidores>

<sup>40</sup> Entrevista com Celia Regina, secretária geral do Sindsaúde-SP.

<sup>41</sup> Em várias cidades do mundo e no Brasil foram convocadas manifestações de apoio e agradecimento aos profissionais de saúde, por meio de aplausos nas janelas. Nos telejornais, proliferaram-se reportagens especiais enaltecendo a importância dos “trabalhadores essenciais”.

o aumento da demanda pelos serviços bancários, os sindicatos relatam que a intensificação do trabalho e as incertezas sobre o futuro do teletrabalho são temas que assumem o centro das preocupações. O que ameniza os fortes impactos, é a existência de acordo coletivo nacional e organização ramificada, coordenada desde a Contraf-CUT, indicando a importância da negociação. Os dirigentes sindicais enfatizam a importância da rápida negociação no início da pandemia, com normatizações para afastamentos sem ônus salariais, sem despedidas ou punições, instauração de rodízios de empregados, iniciativas para evitar aglomerações nas agências, que devem contar com álcool em gel. Avaliam, ainda, que a ação sindical tem garantido a manutenção das conquistas no período de pandemia. As negociações com os bancos regionais, como Banrisul, Banco da Amazônia e Banpará buscam reproduzir a dinâmica de negociação permanente e garantir localmente as conquistas nacionais. Assim, os sindicatos em posicionam-se em vigilância cotidiana para que sejam efetivadas as medidas negociadas.

Na educação básica pública, os impactos não têm explicação pela essencialidade do serviço. Os trabalhadores na educação que possuem contratos efetivos são impactados de forma diferente daqueles contratados temporariamente. Estes sofrem a insegurança sobre a manutenção dos contratos e de suas remunerações. Os professores/as são pressionados a realizar aulas online e, no caso de funcionários/as de escola, a irem aos locais de trabalho, mesmo que estejam fechados. Os sindicatos relatam as vitórias quanto à manutenção de contratos, salários e benefícios dos precarizados e a resistência, via ações judiciais, para evitar o retorno às escolas enquanto perdurarem os decretos locais sobre quarentena e isolamento domiciliar. Porém, o enfrentamento mais difícil relaciona-se à imposição de governos ao trabalho remoto, mesmo sem a oferta de condições para sua execução. Além disso, os sindicatos veem aprofundar a assimetria na educação, quando se deparam com pais analfabetos, ausência de estrutura física nas casas dos estudantes para acompanhar aulas e a restrição no acesso à internet. Considerando que mais da metade dos estudantes do ensino básico não tem acesso à internet, os sindicatos de trabalhadores da educação consideram que qualquer medida que não consegue chegar em toda a população tem como impacto o aumento da desigualdade social. Os relatos mostram impactos na saúde dos professores, com aumento da pressão dos gestores por relatórios e o desrespeito sobre horários e dias de trabalho.

Os principais enfrentamentos sobre os quais os sindicatos na educação básica pública têm se debruçado são: garantir a suspensão de atividade laboral sem prejuízo da remuneração dos trabalhadores e impedir a suspensão dos contratos de temporários, devido ao fechamento temporário dos estabelecimentos de ensino. Prefeituras têm aproveitado a crise para reduzir custos com contratos temporários em diversos setores, o que tem mobilizado sindicatos de servidores municipais, de trabalhadores da saúde e da educação. A maior parcela dos trabalhadores que permanecem nas escolas, a despeito do fechamento temporário delas, está engajada na distribuição de alimentação aos alunos. Uma das preocupações do trabalho de base desses sindicatos é impedir a prática do assédio moral, técnica utilizada pela gestão para forçar os funcionários de escola a não se afastarem dos seus locais de trabalho, mesmo com decretos que obrigam o fechamento desses locais.

## **2.2. Manutenção do trabalho de organização sindical**

Em condições inéditas para atuar, com diversos locais de trabalho fechados ou com acesso restrito devido às orientações sanitárias, sedes sindicais fechadas, bases e diretorias em isolamento domiciliar, as entidades têm buscado adequar a forma de realizar o trabalho

de base visando garantir o funcionamento da organização<sup>42</sup>. As experiências ampliam inovações anteriores à crise, com adequações digitais para manter a assistência sindical à base filiada e campanhas online voltadas para a sociedade. As direções sindicais passaram a se reunir em salas virtuais de plataformas online.

Alguns sindicatos têm recorrido ao uso das plataformas de reunião online para manter o trabalho de base, prática que ainda não foi generalizada. Uma das práticas que tem sobressaído é o contato direto com trabalhadores de base em forma de consultas públicas, retorno de demandas e resultados de negociações, orientações sobre ações sindicais e sanitárias, até a realização de assembleias sindicais virtuais.

Antes da pandemia, o SEEB-PA havia estabelecido uma política de comunicação direta com a base por meio de grupos de WhatsApp, organizados por bancos e por regiões do estado. Agora, esses grupos tornaram-se canais de atendimento à base. O site do SINPRO-DF ficou fora do ar nos primeiros dias de pandemia, devido ao grande número de acessos. A direção percebeu que o sindicato havia se tornado uma fonte segura de informação. Por isso, dedicaram-se a alimentar continuamente a página com ações e pontos de vista a partir da realidade de suas bases. Avaliam que aumentou também o acesso pelas redes sociais. Os sindicatos de bancários e da educação criaram programas para transmissão online, com periodicidade regular, nos quais tratam de entretenimento, saúde e realizam debates políticos. Para a direção do Sinpro-DF, o aumento da relação com a base via comunicação da entidade e a interação pelas redes sociais têm sido fundamentais para respaldar a ação sindical na resistência às pressões do Governo do Distrito Federal. A direção do SEEB-Pará avalia que o seu programa semanal, transmitido pelas redes sociais, tornou-se referência para esclarecimentos aos bancários paraenses. A impressão de dirigentes entrevistados é que a procura dos trabalhadores da base por seus representantes sindicais parece ter aumentado em relação ao período em que as sedes físicas das entidades estavam abertas e funcionando normalmente:

O contato direto da base com a diretoria do sindicato tem sido mais acentuado do que quando estávamos na sede do sindicato, tanto por telefone quanto nas lives<sup>43</sup>.

Para os sindicatos de trabalhadores da saúde, por reunir uma série de atividades que estão na linha de frente do enfrentamento à pandemia, ou seja, sem afastamento do local de trabalho, os recursos digitais não possuem tanta centralidade na organização, se comparados aos demais ramos de atividade analisados nesse artigo. O trabalho de base permanece com a presença física nos locais de trabalho. Os trabalhadores da saúde não estão em isolamento domiciliar e os diretores dos sindicatos permanecem indo aos locais de trabalho, além da presença dos delegados sindicais de base. Os atos públicos também permanecem, sendo realizados nas portas dos hospitais<sup>44</sup>. A agenda de luta em defesa da vida dos trabalhadores foi adicionada ao enfrentamento a medidas que não foram suspensas por governos, como a implantação de Organizações Sociais (OS) na gestão de equipamentos públicos de saúde. A avaliação apresentada pelas dirigentes entrevistadas é que a ação sindical foi mantida e que aumentou a consideração dos trabalhadores sobre a importância do sindicato nesse período.

A utilização de vídeos ao vivo pelas redes sociais, as chamadas *lives*, tornou-se uma constata nos sindicatos pesquisados. Os temas são diversos e são reproduzidos pelas *lives* dos sindicatos dos diferentes ramos: papel do Estado, condições de trabalho, impactos das medidas governamentais, resultados de negociações, orientações sobre saúde mental e lazer,

---

<sup>42</sup> Sobre as possibilidades de adequação do trabalho de base nas condições restritas impostas pelas orientações sanitárias, ver Campos (2020b).

<sup>43</sup> Entrevista com Consuelo Correia, presidenta do SINTEAL.

<sup>44</sup> Trabalhadoras e trabalhadores do Hospital Geral de Guaianases protestam contra retirada de profissionais para terceirização da unidade: <http://sindsauesp.org.br/novo/noticia.php?id=6294>

acesso ao auxílio emergencial. O esforço declarado pelos sindicatos pesquisados é combinar a manutenção de atividades que eram realizadas presencialmente antes da pandemia com novas iniciativas necessárias para o contexto atual.

A ideia é trazer atividades que o Sindicato já vinha realizando presencialmente e que foram paralisadas em razão das medidas protetivas contra o coronavírus. Somente na categoria bancária, mais de 200 mil trabalhadores estão em teletrabalho. Mas mesmo com o isolamento, não podemos deixar nosso corpo nem nossa mente parada<sup>45</sup>.

#### QUADRO 1 | Práticas sindicais no período de isolamento domiciliar – Brasil – Maio/2020

<b>Inovações que foram amplificadas no período</b>	<p>Lives (Live é uma transmissão ao vivo de vídeo pela internet feita por meio de redes sociais).</p> <p>Áudios e vídeos para compartilhamento por mensagens para celular</p> <p>Cards de orientações, que são compartilhados em todas as redes e por mensagens para celular</p> <p>Cursos online (de formação política à yoga) nas redes sociais e por plataformas de reunião online</p>
<b>Assistência aos trabalhadores/as da base</b>	<p>Distribuição de materiais de necessidades básicas (de higiene à alimentação) para trabalhadores/as da base que tiverem salário reduzido ou que perderam emprego</p> <p>Compra de EPIs com recursos próprios do sindicato para distribuição aos/às trabalhadores/as da base que não foram afastados do local de trabalho</p> <p>Auxílio psicológico online</p> <p>Assessoria jurídica online</p>
<b>Campanhas sindicais voltadas para a sociedade</b>	<p>Campanhas de conscientização e apoio jurídico para enfrentamento à violência doméstica</p> <p>Utilização de carros de som dos sindicatos para orientar comunidades sobre recomendações sanitárias</p> <p>Amparo aos beneficiários do auxílio emergencial sobre como acessá-lo e com distribuição de EPIs e refeições nas filas da Caixa Econômica Federal</p>

Fonte: Elaboração própria

O SindBancários de Porto Alegre (RS), seguindo orientação construída no âmbito da Contraf-CUT, tem executado uma intensa agenda de assembleias virtuais, realizadas em cada banco<sup>46</sup>. Outra prática de trabalho de base por meio de plataformas digitais é a realização de reuniões com representantes sindicais por locais de trabalho. Algumas entidades nomeiam por delegados de base ou sindical, outras por representante de base (no setor da educação, a nomenclatura geralmente utilizada é representante de escola). O Sinpro-DF (Sindicato dos

<sup>45</sup> Everton Gimenes, presidente do SindBancários de Porto Alegre e Região <https://www.sindbancarios.org.br/index.php/sindicato-leva-cursos-e-shows-online-para-bancarios/>

<sup>46</sup> Em assembleias virtuais, os empregados do Itaú decidem sobre o acordo coletivo de trabalho emergencial negociado pela Comissão dos Empregados do Banco; os empregados do Santander foram convocados para avaliar a renovação do Acordo Aditivo de Trabalho (ACT), do Programa Próprio de Resultados do Santander (PPRS) e dos termos de compromisso da Cabesp e Banesprev, também em ambiente virtual. O link de acesso é disponibilizado no dia, pelo próprio sindicato e a assembleia virtual pode ficar aberta por um ou dois dias. Os trabalhadores/as do Banco Votorantim S/A foram convocados para participarem de Assembleia geral extraordinária. A participação em todas as assembleias tem sido remota por videoconferência a partir de link disponibilizado no site do SindBancários: <https://bancarios.votabem.com.br>.

Professores da rede pública do Distrito Federal) realizou uma reunião virtual com a participação de 180 delegados sindicais e representantes de escolas no dia 30 de abril. Debateram um cronograma de mobilizações nas redes sociais, a vigilância em relação às ações do Governo do Distrito Federal e as iniciativas em defesa da vida dos estudantes e professores<sup>47</sup>. O SindBancários de Porto Alegre, o SEEB-PA e o SINTEAL utilizam plataformas de reunião online e grupos de whatsapp para reunir ou estabelecer contatos diretos com delegados de base e, no caso das entidades de abrangência estadual, para reunir com subsedes ou núcleos regionais.

De maneira geral, os sindicatos suspenderam a impressão de jornais das entidades, para evitar que os diretores sejam agentes de proliferação do vírus, na medida em que precisariam ir às bases distribuí-lo. Em suas sedes administrativas, frequentam apenas os responsáveis pela manutenção dos prédios, exceto para os sindicatos de trabalhadores da saúde, cujo funcionamento mínimo foi mantido, devido à peculiaridade já exposta anteriormente. O teletrabalho foi estabelecido para empregados dos sindicatos em áreas essenciais para o funcionamento das entidades, como comunicação, atendimento jurídico e de saúde, administrativo e financeiro.

### **2.3. Ações solidárias voltadas para trabalhadores e comunidades impactadas pela crise**

Uma das linhas de atuação sindical para combater a pandemia do coronavírus é realizar e impulsionar “ações solidárias”. Trata-se de um conjunto de iniciativas para arrecadação de recursos, alimentos, refeições prontas, cestas básicas, itens de higiene pessoal e equipamentos de proteção individual, principalmente máscaras e álcool em gel. Estas iniciativas expandiram-se de tal forma que foram assumidas com centralidade na ação dos sindicatos brasileiros. Raramente encontraremos um perfil de sindicato em redes sociais que não tenha publicizado ao menos uma iniciativa semelhante.

Para auxiliar nas campanhas de arrecadação de recursos e fundos, foi colocado no ar um site que reúne informações sobre pontos de solidariedade de todo o país. A iniciativa, conforme mencionado na primeira sessão desse artigo, é das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Intitulada “Campanha de solidariedade pela vida – Vamos precisar de todo mundo”, tem por objetivo dar unidade e visibilidade às iniciativas de solidariedade das organizações sindicais e populares.

Os discursos dos dirigentes sindicais justificam essa centralidade como resposta dos trabalhadores organizados aos efeitos imediatos da crise, como desemprego, perda de renda, insegurança com o futuro, combinada com a conduta do Governo Federal. Este, ao mesmo tempo que é responsabilizado pelo aprofundamento da crise, é também denunciado pela ausência de políticas de proteção da renda e da vida da população.

Os dirigentes entrevistados demonstraram preocupações relacionadas às possibilidades de conscientização de suas bases sobre a situação dos trabalhadores e comunidades mais vulneráveis e, portanto, mais impactados do que eles pela crise:

Apesar de todo esse turbilhão de tarefas que recaem sobre o sindicato para negociar, cobrar e fiscalizar a implementação do que é negociado para a proteção dos trabalhadores da nossa base, nós também nos cobramos que o sindicato tem que ser um espaço de construção de valores e de solidariedade<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> <https://www.sinprodf.org.br/sinpro-realiza-reuniao-com-delegados-sindicais/>

<sup>48</sup> Entrevista com Tatiana Oliveira, vice-presidenta do SEEB-Pará.

É importante mostrar para os bancários que estão protegidos pela ação do sindicato que precisam olhar para o lado e ver que não é a realidade da maioria dos cidadãos, que precisam de apoio solidário para poder sobreviver<sup>49</sup>.

Temos uma responsabilidade de enfrentamento da crise que não afeta apenas os trabalhadores da base do sindicato. Devemos enxergar a população que vive na vulnerabilidade. Achemos que ainda é pequeno o alcance, devido à grandeza da demanda e do impacto no desemprego e pobreza<sup>50</sup>.

Os sindicatos tornam-se centrais para a expansão das ações solidárias devido a suas estruturas (física, financeira e de pessoal), capacidade de articulação e mobilização de diversos setores sociais. Os movimentos populares procuram as entidades sindicais para garantir suporte básico para a realização das iniciativas. Dentre as centenas de iniciativas cadastradas na Campanha Vamos Precisar de Todo Mundo ([todomundo.org](http://todomundo.org)), diversas organizações populares informam que a sede (ponto de apoio) da ação é uma entidade sindical.

Os sindicatos pesquisados organizam iniciativas, promovem articulações com outras entidades sindicais, movimentos sociais e organizações de comunidades. Contando com estruturas consolidadas, destinam suas frotas de carros e kombis e contribuem financeiramente com iniciativas de outros atores. O SindBancários de Porto Alegre e Região divulga que, desde o início da pandemia, já distribuiu cerca de mil cestas básicas e ajudou em mil marmitas para pessoas em situação de rua<sup>51</sup>. O valor que os sindicatos investem nas cestas básicas vem de duas fontes: das doações espontâneas e recursos próprios<sup>52</sup>.

As ações solidárias dos sindicatos de trabalhadores da saúde se desenvolvem de maneira relativamente inversa daquelas realizadas pelos sindicatos dos outros ramos mencionados. O SindSaúde-SP busca solidariedade da população aos trabalhadores/as da saúde. A produção de máscaras de proteção individual, em parceria com outro sindicato e um comitê solidário regional, é voltada para a distribuição entre profissionais da saúde<sup>53</sup>. O SERGS articula-se com o Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador (RS) em campanhas de distribuição de EPIs, por considerar que esta é a principal demanda. Além disso, realizam capacitação para que os profissionais da saúde usem corretamente os EPIs. Mas também articulam iniciativas para aquisição de alimentos e materiais de limpeza. O Sindsaúde-SP considera que a principal ação solidária nesse momento é a campanha pelo estabelecimento da fila única para o atendimento (orientação da CNTSS, ISP e CUT). O esforço é envolver outras entidades sindicais em torno dessa bandeira para pressionar os governos e poder judiciário, conforme afirmação da dirigente do sindicato:

Precisamos avançar sobre todos os leitos do setor privado. Não responsabilizar os profissionais da saúde sobre quem decide quem vive, quem será atendido. Outra

---

<sup>49</sup> Entrevista com Luciano Fetzner, secretário geral do Sindbancários de Porto Alegre.

<sup>50</sup> Entrevista com Consuelo Correia, presidenta do SINTEAL.

<sup>51</sup> Em diversas notícias publicadas no site do sindicato, é demonstrado que a rotina do Sindicato tem sido de portas fechadas e atendimento remoto, mas a sede não fica vazia. Todos os dias pela manhã começam a organizar as ações, que vão desde a doação que as pessoas (bancários ou não) fazem por meio de depósitos nas contas da entidade até a entrega dos alimentos. Pela manhã, diariamente, funcionários recebem alimentos no salão de festas. As caixas são divididas em compartimentos como se fossem matéria prima do produto solidário. O segundo passo é montar as cestas básicas. A ponta do processo de produção do que o sindicato chama de “fábrica de solidariedade” se fecha com a embalagem e o transporte até a Kombi do Sindicato.

<sup>52</sup> O SEEB-PA estabeleceu cotas fixas de contribuições para financiar iniciativas que chegam em forma de demandas por apoio do sindicato. No caso do SindBancários de Porto Alegre, o parâmetro para estabelecer o valor foi o equivalente a 20% das arrecadações com as mensalidades de associados dos meses de março e abril <https://www.sindbancarios.org.br/index.php/sindicato-vira-fabrica-de-solidariedade/>

<sup>53</sup> SindSaúde-SP e Sindsep entregam máscaras de proteção facial para os trabalhadores da saúde: <http://sindsaude.org.br/novo/noticia.php?id=6291>

questão é a vala única, destinada para os pobres, que perde identidade humana quando morre<sup>54</sup>.

#### **2.4. Continuidades, avanços e contradições nas ações sindicais**

Os esforços centrais das entidades sindicais pesquisadas demonstram sua capacidade de adaptação à nova realidade imposta, mantendo serviços aos associados e a organização sindical, por meio de ações que mesclam trabalho digital e presença física nos locais de trabalho. Desta forma, buscam recuperar sua legitimidade como representantes dos interesses dos trabalhadores nas negociações coletivas, agir em vigilância cotidiana para efetivação das medidas negociadas e proteção de direitos e condições salubres de trabalho, garantir a continuidade da assistência aos sindicalizados e do funcionamento da organização sindical (reuniões, assembleias de base, formação sindical, organização nos locais de trabalho).

Um avanço pode ser observado, mesmo que possua caráter inicial. O investimento em comunicação digital parece ter aberto uma nova forma de relação com a base representada. A comunicação digital permite interatividade e facilidade no acesso aos dirigentes sindicais com maior rapidez na multiplicação das informações e opiniões. Aparentemente, uma inversão na forma de trabalho de base foi iniciada: a base representada tem tomado a iniciativa de contatar seus representantes em intensidade superior ao período em que as entidades físicas funcionavam antes da pandemia. Mas também pode significar o estabelecimento de uma forma de contato com a base sem interação e debate, uma vez que ferramentas como lives e listas de transmissão de whatsapp colocam o sindicalizado na posição de receptor da informação. As assembleias virtuais não parecem reproduzir a arena de debate presencial que ocorre nos auditórios dos sindicatos. Elas ficam um ou dois dias abertas para que os trabalhadores acessem a plataforma virtual em horários diversos e votem sobre as propostas apresentadas.

Apesar dos avanços, há também, contradições. Primeiro, não encontramos, nos sindicatos pesquisados, forte adesão às bandeiras centrais dos sindicatos de outros ramos ou categorias, o que demonstra desarticulação na prática política entre eles. Nesse mesmo sentido, a solidariedade é exercida junto a comunidades periféricas, mas não com trabalhadores de outras categorias organizadas, trabalhadores precários e sindicatos mais frágeis política e estruturalmente. As estruturas organizativas das entidades sindicais não têm sofrido alterações para permitir abrir portas aos trabalhadores até então invisíveis e às maiorias trabalhadoras que não estão inseridas no sistema de proteção social, muito menos no campo de visão das entidades sindicais<sup>55</sup>.

Um dilema fundamental permanece: a necessidade de relacionar as iniciativas de ações solidárias com o desenvolvimento da solidariedade de classe. Transformar as centenas de iniciativas solidárias em novos laços com as populações e os trabalhadores, principalmente com os mais vulneráveis e precarizados é um limite a ser transposto. Trata-se do desafio de, no lugar de assistencialismo, promover a solidariedade de classe. Há que se diferenciar as ações solidárias em curso com a concepção de assistencialismo corporativista. O assistencialismo, segundo a lógica do corporativismo sindical, é um dispositivo que busca produzir um mínimo de representatividade para legitimar a organização sindical como órgão de colaboração de classe, tutelado e controlado pelo Estado. Um sindicato prestador de serviço para sua categoria sindicalizada não organiza o conflito de classe em defesa dos interesses da classe trabalhadora. O ato de distribuir cestas básicas pode ser restringido ao

<sup>54</sup> Entrevista com Celia Regina, secretária geral do Sindsaúde-SP.

<sup>55</sup> Sobre a baixa capacidade dos sindicatos brasileiros de representar os trabalhadores precários, ver: Galvão e Krein (2018)

sentido do assistencialismo. A entidade sindical não é reconhecida por seu caráter de classe por essa prática, permitindo confundi-la com organizações assistenciais e caritativas.

De outro modo, a prática da ação solidária junto aos trabalhadores, famílias e comunidades atingidas pela crise, ao ser aliada com o discurso que localiza o papel do Estado, a centralidade do trabalho e a agenda de luta sindical e popular poderia extrapolar essa barreira. As agendas voltadas para a desmercantilização da vida, conforme proposta por diversos movimentos aliados do sindicalismo, se assumidas pelas direções sindicais, permitiria provocar a adesão popular, conforme questiona-se e propõe-se alternativas para o acesso a bens públicos, como saúde, educação, energia, gás, água e a segurança alimentar. Significaria passar da denúncia do neoliberalismo à apresentação de alternativas. Essa agenda, todavia, não está incorporada na prática sindical.

Por fim, outra ausência relevante nas ações sindicais pesquisadas no período é o desenvolvimento de ações articuladas territorialmente, entre movimentos populares, coletivos locais, organizações sindicais e a comunidade. Trata-se de conectar-se com o povo, de interagir com as demandas dos trabalhadores no lugar onde vivem, onde estão os problemas de saúde básica, saneamento, segurança pública, atendimento aos idosos, a violência doméstica. A experiência de comitês populares de enfrentamento da pandemia, que pode ser observada em diversas cidades, se descartadas as disputas internas por protagonismo, tende a constituir espaços orgânicos de reunião de trabalhadores e do povo organizado, construindo agendas de enfrentamento e não apenas defensivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossa pesquisa permite apontar que o sindicalismo tem buscado recuperar seu papel de representante legítimo dos interesses da classe trabalhadora, com o objetivo de influenciar na correlação de forças atual para proteger o emprego, a renda, a saúde e a segurança dos trabalhadores. Esse papel é exercido por meio das seguintes estratégias: pressão sobre o Congresso Nacional; alianças em forma de frente políticas com movimentos sociais, que erguem bandeiras gerais em defesa de políticas públicas; negociações coletivas; via esforço de manutenção da organização dos trabalhadores desde as suas bases; e desenvolvimento de ações solidárias junto à população mais vulnerável à crise. Os sindicatos destacam-se na defesa de suas categorias e as centrais sindicais na coordenação de um processo de debate mais amplo, negociação e pressão junto a governos, parlamentos, Poder Judiciário e ao setor patronal organizado. Mais recentemente, inserem-se de forma unificada na luta política mais geral em torno dos rumos do país, constituindo uma inédita campanha de centrais sindicais em oposição ao presidente Jair Bolsonaro.

Apesar da fragilização dos sindicatos, processo que antecede a pandemia e que se aprofunda com as iniciativas governamentais para esvaziar o papel desta instituição, as entidades sindicais estão buscando formas de manter a assistência a suas bases.

Entretanto, as possibilidades de que as experiências de ação sindical em curso produzam alterações sobre a relevância do sindicalismo brasileiro, criando laços de solidariedade de classe e ampliando sua força de representação, esbarram em algumas contradições observadas em nossa pesquisa. Outrossim, a decisão de enfrentar tais contradições é diretamente dependente das opções políticas das direções das entidades. Trata-se da decisão política de enfrentar os limites postos à ação coletiva e à solidariedade de classe.



A ação coletiva constrói identidades individuais referenciadas no coletivo assalariado. Nesse sentido a solidariedade afirma-se como o principal elemento identitário<sup>56</sup>. É na ação que tem por base o conflito que a consciência de classe é descoberta. Quando as pessoas se enxergam numa sociedade estruturada em modos determinados (não exclusivamente em relações de produção), experimentam a exploração, identificam pontos de interesse antagônico, começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe<sup>57</sup>. A ideia de compreensão e defesa dos interesses comuns de toda a classe, base fundamental para o estabelecimento de solidariedade, está presente no *18 de Brumário*, quando Marx problematiza os interesses isolados e particulares.

Os camponeses parceiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. (...) Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. (...) Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma<sup>58</sup>.

O isolamento dos trabalhadores em forma de indivíduos autossuficientes é resultante, hoje, da ascensão da subjetividade neoliberal<sup>59</sup>. As mudanças no mundo do trabalho sob hegemonia neoliberal apontam que as saídas para os problemas são responsabilidade de cada indivíduo. Enfraquece a solidariedade de classe e, portanto, as ações coletivas e a consciência de classe. O nível de consciência dos trabalhadores não é nem o produto automático do seu lugar no processo de produção, nem resulta automaticamente da sua experiência. Resulta de um conjunto de fatores muito mais complexos e é a sua interação que permite explicar as razões de um nível de consciência numa época determinada, num lugar determinado<sup>60</sup>.

A possibilidade de impor uma pauta sindical em defesa dos trabalhadores na conjuntura nacional constitui um desafio central para o sindicalismo nesse contexto de pandemia: a defesa do emprego e dos salários, de condições dignas de trabalho, dos acordos coletivos e da legitimidade dos sindicatos como representantes dos interesses coletivos dos trabalhadores. O acerto na estratégia sindical, nesse momento, pode reposicionar os sindicatos de forma mais favorável se comparado aos últimos trinta anos no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON (1995), Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>56</sup> Cardoso (2013).

<sup>57</sup> Thompson (1981).

<sup>58</sup> Marx (2011), p.142.

<sup>59</sup> Conforme aborda Brown (2019), o neoliberalismo nega a existência de sociedade, restando apenas os indivíduos e as famílias, orientados pelo mercado e pela moral conservadora.

<sup>60</sup> Ver Lenin (2015), Marx e Engels (2010), Brown (2019).

- BIAVASCHI, Magda; VAZQUEZ, Barbara (2020). **Medidas para o trabalho no contexto de pandemia: um atentado contra a razão humana**. GT-Mundos do Trabalho, Cesit – IE/Unicamp. Disponível em <https://www.cesit.net.br/medidas-para-o-trabalho-no-contexto-de-pandemia-um-atentado-contr-a-razao-humana/>
- BORSARI, Pietro; KREIN, José Dari (2020). **Pandemia e desemprego: análise e perspectiva**. GT Mundos do Trabalho, CESIT – IE/Unicamp: <https://www.cesit.net.br/pandemia-e-desemprego-analise-e-perspectivas/>
- BROWN (2019), Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia.
- CAMPOS (2020a), Anderson. **As propostas de movimentos e organizações para redimensionar o Estado, valorizar o trabalho, a renda e a vida**. CESIT – IE/Unicamp, 2020. <https://www.cesit.net.br/as-propostas-de-movimentos-e-organizacoes-para-redimensionar-o-estado-valorizar-o-trabalho-a-renda-e-a-vida/>
- CAMPOS (2020b), Anderson. **Trabalho de base em tempos de confinamento físico**. Fundação Perseu Abramo: <https://fpabramo.org.br/2020/03/23/trabalho-de-base-em-tempos-de-confinamento-fisico/>
- CARDOSO (2013), Adalberto. Para onde foram os sindicatos? In: KREIN et all (orgs). **Regulação do trabalho e instituições públicas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- COLOMBI, Ana Paula; LEMOS, Patrícia Rocha; KREIN, José Dari (2018). **Entre negociação e mobilização: as estratégias da CUT e da FS frente à Reforma Trabalhista no Brasil**. Revista da ABET, v. 17, n. 2, julho a dezembro.
- DIEESE (2017). **A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Nota Técnica n. 178, maio 2017.
- DIEESE (2018). Subsídios para o debate sobre a questão do financiamento sindical. Nota Técnica n. 200, novembro.
- DIEESE (2020). **Acordos negociados pelas entidades sindicais para enfrentar a pandemia do coronavírus - Covid 19**: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq92AcordosCovidAtualizacao.html>
- GALVÃO, Andreia et al. (2017), **Dossiê reforma trabalhista**. Campinas, Cesit/ie/Unicamp. Disponível em <http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>
- GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari (2018). **Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários**. 16º Encontro Nacional da ABET, Salvador.
- GT MUNDOS DO TRABALHO (2020). **Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida**. Cesit – IE/Unicamp, 2020: <https://www.cesit.net.br/emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-a-vida/>
- KREIN, José Dari (2013). **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil**, São Paulo: LTr.
- KREIN, José Dari (2018). **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1.
- KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis M.; SANTOS, Anselmo L. (2018). **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.
- KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (2019). **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú.
- LÊNIN (2015), V. I. **O que fazer?** São Paulo: Expressão Popular.
- MANZANO, Marcelo; BORSARI, Pietro (2020). **Proposta do Governo de redução de jornada e salários vai empurrar o país para a depressão econômica:**

<https://www.cesit.net.br/proposta-do-governo-de-reducao-de-jornada-e-de-salarios-vai-empurrar-o-pais-para-a-depressao-economica/>

MARX (2011), Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo.

MARX, K.; ENGELS, F. (2010). **Manifesto comunista**, São Paulo: Boitempo.

THOMPSON (1981), E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Cátedra [1978].

TORRES, Miguel; NOBRE, Sergio (2020). **Pandemia, indústria e soberania**: <https://www.poder360.com.br/opiniao/coronavirus/pandemia-industria-e-soberanias-escrevem-miguel-torres-e-sergio-nobre/>

VERAS DE OLIVEIRA, Roberto; GALVÃO, Andréia; CAMPOS, Anderson (2019). **Reforma Trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações**. Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador, n.248, set/dez, p. 668-689.